

1. Excelentíssimo Senhor Fernando Eizo Ono, Juiz-Presidente empossado para o biênio de 2004/2005:

“Autoridades já nominadas pelo Cerimonial. Senhoras e Senhores deste Plenário. Penso que depois dessa esplendorosa fala da nossa colega Juíza Ana Carolina, eu deveria arquivar o meu discurso e dar por encerrada a Sessão. Porém, o Protocolo obriga que o Juiz Presidente fale alguma coisa, e, só por isso, vou continuar a sessão... As minhas palavras iniciais são de agradecimento. Primeiramente a Deus que me permitiu viver este grandioso momento e ter a honra e a alegria de assumir o elevado cargo de Presidente deste conceituado Tribunal Regional do Trabalho. Agradecer a Ele os companheiros que me deu: a dedicada magistrada Wanda Santi Cardoso da Silva, na Vice-presidência e o experiente juiz Nacif Alcure Neto, amigo de serviço militar, na Corregedoria Regional. Se eu fraquejar, tenho a mais absoluta certeza de que posso encontrar, nesses dois ilustres colegas, conforto e apoio. A Ele peço que conceda saúde e proteção aos integrantes da nova administração deste Egrégio Tribunal para que, cada um, tenha força e inspiração para bem desempenhar as respectivas funções. O agradecimento é também para todos os juízes integrantes desta Egrégia Corte que deram a mim, à Juíza Wanda e ao Juiz Nacif, o seu voto de confiança e de apoio, conduzindo-nos aos cargos de direção da Casa. De minha parte – e creio que posso dizer também em nome da Juíza Wanda e do Juiz Nacif – quero ter em cada um dos colegas juízes, um conselheiro para discutir o melhor caminho a ser seguido pela administração. E faço aqui também, um especial cumprimento, homenagem ao Juiz Lauremi Camaroski que conclui uma gestão de grandes conquistas. O diálogo – conforme já antecipei a todos – será permanente. O agradecimento a todos os que aqui se encontram e dão brilho especial a esta solenidade. Este Tribunal Regional do Trabalho

sente-se altamente prestigiado pelas presenças honrosas e, nós da administração, sentimo-nos muitíssimo lisonjeados e envaidecidos pelo prestigioso comparecimento de todos, conferindo a esta cerimônia significado especial. O agradecimento especial ao Tribunal Superior do Trabalho, aqui representado pelo seu dinâmico Vice-Presidente, Ministro Vantuil Abdala, acompanhado do ilustre Corregedor-Geral, Ministro Ronaldo Leal e dos digníssimos Ministros Rider Nogueira de Brito, José Luciano Castilho Pereira, João Oreste Dalazen, Gelson de Azevedo, Carlos Alberto Reis de Paula, João Batista Brito Pereira e Renato de Lacerda Paiva. O prestigiamento que nos conferem o Colendo Tribunal Superior e seus Ministros é prova da amizade e carinho para com os juízes empossados e mais do que isso é a demonstração de apreço pelo Paraná e da crescente integração administrativa entre o Tribunal Regional da Nona Região e a Colenda Corte Superior. Agradecimento a todas as autoridades que compõem esta mesa, e que já foram nominadas pelo cerimonial, aos ilustres presidentes dos Tribunais Regionais co-irmãos, aos ilustres juízes do Trabalho de Tribunal Regional de outros Estados, aos desembargadores do Tribunal de Justiça do Paraná e do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, aos juízes do Tribunal de Alçada do Paraná, aos juízes do Trabalho da Nona Região, aos juízes federais, aos deputados federais, estaduais e vereadores, e senhores prefeitos municipais, aos juízes togados e classistas aposentados, aos advogados, aos procuradores do trabalho e de justiça, aos representantes diplomáticos e de entidades governamentais e não governamentais, às autoridades militares e policiais, aos servidores deste Tribunal e aos meus queridos parentes – primos e sobrinhos – e a todos os meus amigos. Aos familiares além do afetuoso muito obrigado, a minha homenagem. Primeiro, a meus pais, já falecidos deixando para os filhos o legado da honestidade e do trabalho. O ensinamento do culto à gratidão e da defesa intransigente da

credibilidade pessoal no seio social. Aos meus irmãos Maurício, Marina, Luiza, Armando e Lúcia e respectivas esposas e marido, obrigado pela agradável companhia neste dia festivo. A Fernando, Eduardo e Leonardo maravilhosos e queridos filhos, meninos exemplares e bons, grande patrimônio que tenho em meação com a esposa Carmen, virtuosa criatura que já me atura há mais de 20 anos. Mulher de fibra que, sem abdicar do seu trabalho de professora, administrou a casa e cuidou dos filhos, enquanto ausente de casa o marido que era juiz substituto - e aí foram seis anos e meio -, depois juiz convocado para o Tribunal Regional - mais 2 anos de ausência - e finalmente juiz convocado para o Colendo TST - outros 2 anos e meio de ausência. A vocês, com amor e carinho, muito obrigado e minhas homenagens. Cumprido o dever de gratidão de que falavam meus pais, quero falar um pouco do quadro desfavorável pelo qual passa o Poder Judiciário. Os estudiosos do Direito sabem perfeitamente que a causa do lento tramitar do processo é decorrência da complicada legislação que traça um longo e tortuoso roteiro a ser percorrido até a solução final do litígio. Juízes, advogados, membros do Ministério Público, juristas, professores e todos quantos atuam no ramo reconhecem que faltam juízes e que o Judiciário não está suficientemente aparelhado para atender à crescente demanda. Porém, hoje, o cidadão vive rodeado do instantâneo, do *on line*, e por isso não consegue entender, e com razão, a demorada tramitação na burocracia judicial. O povo quer uma Justiça simples e rápida, mas o que o Judiciário oferece está muito longe disso. Por isso, a imagem que o Judiciário projeta na sociedade é a de um órgão público que não se moderniza, moroso e extremamente burocrático, que não dá satisfação para a comunidade, nem com ela se comunica. O que fazer para reverter essa situação? É tempo de se pensar numa legislação processual que, ao mesmo tempo em que atenda a regra do livre acesso ao Judiciário, assegurado pela

Constituição Federal, também sinalize a saída em tempo razoável. É fundamental que se prestigie e fortaleça o primeiro grau de jurisdição, induzindo a solução do processo na primeira instância, limitando-se os recursos para aquelas situações e matérias específicas e em condições muito especiais. Dizia o saudoso multipresente Ulysses Guimarães que na divisão da renda tributária deveria conceder primazia ao município, pois é lá que mora o cidadão. Idêntico raciocínio pode ser aplicado para o processo judicial: se prestigiado e fortalecido o primeiro grau, os litígios mais comuns deverão de ser solucionados melhor e mais rapidamente, no lugar em que residem os litigantes e onde eles podem conversar diretamente com o magistrado, com muito mais facilidade. A reforma das leis – todos sabemos – depende de ampla discussão pela sociedade e apreciação pelo Congresso Nacional. Isso demanda tempo. Os recursos humanos e materiais continuarão escassos porque o país é pobre e já se exige grande sacrifício do seu povo, só para honrar os juros de uma pesada dívida interna e externa. Assim, nós juízes, não podemos nos limitar ao lamento das dificuldades. Precisamos fazer nossa parte, reconhecendo que temos falhas a serem corrigidas e um vasto campo para o exercício da imaginação e da criatividade para o aperfeiçoamento dos serviços judiciários. As cobranças que nos são hoje endereçadas indicam claramente que a sociedade não quer mais o juiz que fala somente nos autos. A população quer o juiz que se comunica com ela, que a ela preste contas. O povo quer o juiz que atenda o cidadão com respeito e interesse, na audiência ou fora dela. Devemos, então, mudar a nossa postura. Imprescindível derrubar a barreira da linguagem e estabelecer uma comunicação proveitosa e positiva com a comunidade. A sociedade bem e corretamente informada sobre o funcionamento da Justiça poderá compreender melhor os obstáculos existentes para a desejada rapidez na solução final do processo e perceber que a imagem que tinha era distorcida.

O Poder Judiciário não tem marqueteiros, nem tem verba destinada à publicidade e propaganda. Porém, a crise da credibilidade poderá ser vencida, se cada um dos magistrados e servidores da nossa Justiça assumir a condição de ‘publicitário’ da instituição a que serve. A crise de comunicação do Judiciário, poderá ser superada com a propagação de nossas vozes mostrando e demonstrando que o juiz é um exemplo aberto de conduta ilibada, cumpridor dos seus deveres, que não compactua com aqueles que desonram a toga. Demonstrar que o juiz não apenas está preocupado, mas sim comprometido com a agilidade, com a eficiência e com a conduta ética. Ainda dentro da idéia de que devemos fazer a nossa lição de casa, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da Nona Região pretendo estabelecer com os juizes do Primeiro e Segundo graus um amplo debate sobre os meios e modos de simplificar procedimentos e agilizar o andamento do processo, até onde a lei permitir. E mais, discutir a aplicação, à exaustão, do princípio da celeridade e da economia processual. Junto aos servidores, pretendo priorizar a busca permanente da racionalidade, mediante a utilização da tecnologia no serviço de apoio, especialmente do trabalho repetitivo. A abertura do concurso público e o preenchimento de todos os cargos recentemente criados é prioridade. A criatividade será valorizada, seja do magistrado, seja do servidor. Domenico de Masi afirma que coexistem dentre de cada um de nós uma porção criativa e uma outra burocrática. Os burocratas têm medo da inovação, os criativos temem o imobilismo. Segundo ele, na sociedade pós-industrial os vencedores serão os criativos, porque esta se alimenta de invenções e por isso premia a iniciativa, banindo do mercado o imobilismo. Dirão alguns: o serviço público é diferente da iniciativa privada. Não desconhecemos isso. Mas, é certo que podemos trazer para a administração pública receitas de sucesso na empresa privada e adaptá-las com inteligência às nossas particularidades.

Produtividade não escolhe esfera de atuação. A atividade-fim do Tribunal é distribuir Justiça e esta deve ser o foco das ações administrativas. As atividades meio devem ser estimuladas permanentemente ao aperfeiçoamento, sem perder de vista a razão de ser do órgão judiciário. Os julgadores, sejam de primeiro ou de segundo grau, necessitam de permanente melhoria nas atividades de apoio, que lhes ofereça boas condições de trabalho, pois são eles as peças chaves para que a justiça seja entregue ao cidadão em tempo útil e com selo de qualidade. O que tenho a propor para o biênio que se inicia nesta tarde é a inversão da lógica proposta por Murphy, segundo o qual ‘nada é tão ruim que não possa ser piorado’. Num Tribunal como o nosso, em que apesar das conhecidas limitações de naturezas diversas, é elevado o grau de produtividade na atividade-fim, resultante da alta operosidade dos seus juízes; e onde na atividade-meio os servidores superam as carências com extremo senso de amor à instituição, nosso dever é inverter a lei de Murphy. É demonstrar que ‘nada é tão bom que não possa ser melhorado’. Já caminhando para o término deste pronunciamento, quero declarar minha firme crença de que a crise de credibilidade pela qual passam algumas das instituições de nosso país não há de resultar no comprometimento da democracia, no enfraquecimento dos poderes constituídos e na tristeza da justiça perdida. O Judiciário forte, independente, bem administrado, eficiente e veloz é do interesse de todos. Por isso, estou seguro de que a sociedade brasileira e os poderes constituídos vão se irmanar nessa grande tarefa: a busca da Justiça ágil e eficiente no atendimento ao cidadão, do Judiciário independente, forte e respeitado como um dos pilares de sustentação da democracia e garantidor da liberdade e da paz social. O momento difícil pelo qual passa a magistratura não pode arrefecer a disposição dos juízes na luta pela construção do Judiciário do sonho de todos os brasileiros, nem deve diminuir o orgulho dos juízes que estão no

exercício desta dignificante função. Devemos prosseguir pensando como aquele juiz descrito por Piero Calamandrei, que diz: ‘entre todas as profissões que os mortais podem exercer, nenhuma como a de juiz pode contribuir para manter a paz entre os homens, visto ele ser quem distribui aquele bálsamo para todas as feridas, que se chama Justiça.’ Muito obrigado.”